



Fls. n.º 03  
Rubrica e

**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2016**

Conforme estabelece a Lei Complementar Estadual nº 04/90, em seu art. 31, inciso I, fazemos acompanhar do Balanço Geral relativo ao **exercício de 2016** o presente Relatório de Gestão, instrumento este que permitirá, aos próprios setores da administração municipal, e ainda ao Tribunal de Contas do Estado, efetuar a avaliação da gestão deste órgão, sob o ponto de vista da legalidade, eficiência, eficácia, economicidade e efetividade na utilização dos recursos.

A partir da análise dos demonstrativos que compõem esta Prestação de Contas, obteremos uma visão ampla da situação econômica e financeira da entidade, ao término do exercício de 2016.

Constam ainda no presente Relatório, de forma resumida, todas as informações relacionadas à movimentação orçamentária, financeira e Patrimonial da entidade. Todos os registros contábeis obedecem rigorosamente à legislação em vigor, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Complementar Federal nº 101/00.

1



Fls. n.º 04

Rubrica C

**PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

**DA DOCUMENTAÇÃO:**

Integra a Presente Prestação de Contas todos os documentos exigidos através da Resolução TC n.º 223/02. Todas as peças foram arrumadas e encadernadas na ordem seqüencial estabelecida na referida Resolução.

**DO PLANEJAMENTO:**

No setor Público, planejamento é o estudo e o estabelecimento das diretrizes e metas que deverão orientar a ação governamental. Planejamento é o processo de definição de um cenário futuro desejado e dos meios eficazes para alcançá-lo. No atual sistema orçamentário nacional, estabelecido pela Constituição Federal, três são os instrumentos utilizados para a operacionalização do processo de planejamento nos entes federados: O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual

**GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

O orçamento do Poder Legislativo para o exercício de 2016 foi aprovado através da **Lei nº 731 de 02 de Dezembro de 2015**, com uma execução orçamentária fixando o valor das despesas da Câmara Municipal de Propriá em R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais) para o exercício de 2016.

Fis. n.º 05Rubrica e

PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

**Despesa Realizada**

A despesa realizada no período foi da ordem de **R\$ 2.441.728,69** (Dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, setecentos e vinte e oito reais e sessenta e nove centavos), distribuindo-se da seguinte maneira:

**Despesas Correntes**

Pessoal e Encargos Sociais	R\$	1.878.659,46
Outras despesas correntes	R\$	561.326,13
<b>Total.....=&gt;</b>	<b>R\$</b>	<b>2.439.985,59</b>

**Despesas de Capital**

Investimentos	R\$	1.743,10
<b>Total Geral.....=&gt;</b>	<b>R\$</b>	<b>2.441.728,69</b>

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO**

No exercício de 2016, não foi realizado nenhum concurso público.



Fis. n.º 06  
Rubrica C

**PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

**ALMOXARIFADO**

O Almojarifado encontra-se completamente informatizado, funcionando nos moldes preconizados pela Resolução TC-160/92, com a emissão do "Demonstrativo das Variações Patrimoniais" mensalmente, para fins de compor o Balanço Geral deste Poder Legislativo.

Ao final deste exercício, não houve estoque no almoxarifado, conforme relação anexa à Prestação de Contas.

**OBRAS**

Sob a responsabilidade deste Poder Legislativo, não houve Execução de Obra realizada no Prédio desta Câmara Municipal.

**MOBILIÁRIO**

- Houve aquisição de Bens móveis no valor de R\$ 1.743,10 (Hum mil, setecentos e quarenta e três reais e dez centavos).

**DESPESA TOTAL COM PESSOAL**

**→ SEGUNDO A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (art. 20)**

<b>TÍTULO</b>	<b>Valor</b>	<b>Percentual</b>
Receita Corrente Líquida	52.166.812,34	-
Limite Máximo	3.130.008,74	6%
Limite Prudencial	2.973.508,30	5,70%
Despesa Total com Pessoal	1.327.291,75	2,54%

4



Fis. n.º 07  
Rubrica e

**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

**→ SEGUNDO A EC Nº 25/2000 E RESOLUÇÃO TCE Nº 265/2011**

<b>TÍTULO</b>	<b>Valor</b>	<b>Percentual</b>
Repasse recebido <b>(ATÉ NOVEMBRO)</b>	1.849.373,11	
Limite Legal	1.294.561,17	70%
Despesa Folha de Pagamento <b>(EMPENHADA ATÉ DEZEMBRO)</b>	1.327.291,75	71,77%

Alertamos que o percentual de 71,77% foi encontrado em função de que a Câmara Municipal o repasse do Poder Legislativo apenas até o mês de novembro/16, enquanto que a despesa com a folha de pagamento considera os empenhos também de dezembro/16.

No tocante a GESTÃO ADMINISTRATIVA, demonstramos as ações das atividades legislativas, referente ao exercício de 2016, em cumprimento as determinações regimentais.

**CONTRATOS EM GERAL**

<b>CONTRATO</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VIGÊNCIA</b>
01/2016	Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica Legislativa.	31/12/2016
02/2016	Assessoria e consultoria técnica especializada na área de contabilidade pública, licitação e contratos administrativos.	31/12/2016
04/2016	Prestação de Serviços para implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico.	31/12/2016
05/2016	Aquisição com fornecimento parcelado de material de	31/12/2016



Fls. n.º 08  
Rubrica E

**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

	expediente.	
06/2016	Aquisição com fornecimento parcelado de material de limpeza e de copa e cozinha.	31/12/2016
07/2016	Prestação de Serviços de revitalização da Câmara Municipal.	02/03/2016

## **CONCLUSÃO**

Através deste Relatório de Gestão procuramos enfatizar, de forma resumida, os principais aspectos decorrentes da execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 2016. Com uma análise dos anexos integrantes desta Prestação de Contas, é possível obter uma visão mais detalhada sobre toda a movimentação dos bens e recursos públicos ocorrida no período.

Propriá/SE, 30 de dezembro de 2016

  
**JOSÉ AELSON DOS SANTOS**  
Presidente